# www.msig.com.br

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Srs. Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas a 30 de junho de 2012, comparativa ao mesmo período do ano anterior, complementadas pelas notas explicativas necessárias ao seu conhecimento, bem como o relatório dos auditores independentes. Os prêmios emitidos (liquidos atingiram a cifra de R\$ 198.568, um aumento de 18,06% referente ao mesmo período anterior e os prêmios ganhos atingiram o montante de R\$ 186.893. Entre os principais fatores que influenciaram os resultados da empresa destacam-se: a continuidade da política de expansão territorial da seguradora, a adequação dos produtos e serviços, bem como as melhorias operacionais introduzidas. A Sociedade segue os preceitos definidos na Lei 11.633/07 para distribuição de Lucros e Dividendos. Dentre os trabalhos implantados, destacam-se: a inauguração das sucursais Bauru e São José do Rio Preto no interior de São Paulo; Melhorias tecnológicas implementadas

no Sistema Online: Endosso, Consulta Parcelas, Consulta Extrato de Comissão e Consulta Documentos, a reestruturação das equipes da área de Tecnologia da Informação e a alteração no Fluxo de Incidências; O lançamento de novos produtos de Riscos Pessoais: MS Seguro de Pessoas Coletivo Capital Global e MS Seguro de Pessoas Coletivo Taxa Média para PME, e em Ramos Elementares Massificados: MS Máquinas e Equipamentos Urbanos, MS Máquinas e Equipamentos Agrícolas e MS Imobiliário; A implantação de ações de Governança Corporativa com o objetivo de intensificar o ambiente de Controles Internos; Acrescentam-se ainda, as ações sociais realizadas pela empresa e seus colaboradores. Foram 3 ações no primeiro semestre: Páscoa, Campanha do Ágasalho e Festa Junina, beneficiando várias entidades que cuidam de pessoas carentes e portadoras de necessidades especiais. Ressalta-e e que a Mitsui Sumitomo Seguros recebeu a premiação Gaivota de Ouro, na categoria Responsabilidade Social com

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DEZEMBRO DE 2011

	(Fm	milhares	de	reais -	- R\$)

			(EIII IIIIIIare:	s de reals - K\$)			
ATIVO	Nota explicativa	30/06/12	31/12/11	PASSIVO	Nota explicativa	30/06/12	31/12/11
Ativo circulante		566.887	496.148	Passivo circulante		589.751	512.808
Disponível	_	13.908	24.601	Contas a pagar		18.341	25.207
Caixa e bancos	7	2.133	3.729	Obrigações a pagar	16	10.555	14.098
Equivalente de Caixa	7-8	11.775	20.872	Impostos e encargos sociais a recolher	10	5.113	7.373
Aplicações Títulos de renda fixa	8	<b>57.233</b>	56.099	,		1.617	1.706
Cotas de fundos de investimentos		56.540	55.449	Encargos trabalhistas			
Outras aplicações		646	650	Impostos e contribuições		957	1.940
Créditos das operações com seguros e resseguros		219.762	163.055	Outras contas a pagar		99	90
Prêmios a receber	9	189.748	154.220	Débitos de operações com seguros e resseguros		108.417	58.748
Operações com seguradoras		7.706	2.979	Prêmios a restituir		4.005	3.797
Operações com resseguradoras	10.1	26.124	10.557	Operações com seguradoras		2.417	6.280
(-) Redução ao Valor recuperável (PDD)	9.4	(3.816)	(4.701)	Operações com resseguradoras	10.3	82.540	21.153
Outros créditos operacionais		1.885	11.122	Corretores de seguros e resseguros		18.562	27.518
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10.2	235.918	201.805	Outros débitos operacionais		893	27.010
Títulos e créditos a receber		3.976	3.327 103	Depósitos de terceiros	18	<b>7.880</b>	7.778
Títulos e créditos a receber Créditos tributários e previdenciários	11	41 1.785	1.747	•	18		
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	1.614	1.365	Provisões técnicas de seguros		455.113	421.075
Outros créditos		536	112	Danos		453.087	418.809
Outros valores e bens		6.391	4.820	Provisão de prêmios não ganhos	17	200.301	188.794
Bens à venda	13	6.274	4.649	Provisão de sinistros a liquidar	17	222.511	205.350
Outros valores	10	117	171	Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	17	29.839	24.471
Despesas antecipadas		1.494	2.139	Outras provisões	17	436	194
Custo de aquisição diferidos	12	26.320	29.180	Pessoas		2.026	2.266
Ativo não circulante		194.762	193.160	Provisão de prêmios não ganhos	17	224	215
Realizável a longo prazo	_	169.411	166.663	Provisão de sinistros a liquidar	17	1.531	1.692
Aplicações	8	164.086	159.988		-,		
Títulos de renda fixa Títulos e créditos a receber		164.086 <b>5.325</b>	159.988 <b>6.675</b>	Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	17	271	242
Títulos e creditos a receber		4.005	3.987	Outras provisões	17	-	117
(-) Redução ao valor recuperável		(697)	(630)	Passivo não circulante		8.981	6.680
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.823	1.875	Contas a pagar	20	5.071	3.449
(-) Provisão para riscos de créditos tributários	11.1	1.025	1.075	Tributos diferidos		2.198	540
e previdenciários	11.1	(611)	(692)	Outras contas a pagar		2.873	2.909
Depósitos Judiciais e Fiscais		566	2.135	Outros débitos		3.910	3.231
Outros créditos		239	-	Provisões judiciais	19	3.882	3.231
Investimentos					19		3.231
Outros investimentos		40	40	Outras provisões		28	
(-) Provisão para desvalorização		(40)	(40)	Patrimônio líquido	21	162.917	169.820
Imobilizado	14	16.677	17.209	Capital social		281.368	281.368
Imóveis		13.224	13.527	Reservas de reavaliação	13.1	2.124	2.145
Bens móveis	15	3.453 <b>8.674</b>	3.682 <b>9.288</b>	Ajustes de avaliação patrimonial	8.1	2.508	(77)
Intangível Outros intangíveis	15	8.674 8.674	9.288	Lucro ou prejuízos acumulados		(123.083)	(113.616)
Total do Ativo		761.649	689.308	Total do Passivo		761.649	689.308
IOUI GO AUYO		701.043	303.308	Iotal ao I assivo		701.043	303.308

# As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

	(Em milhares de reais -	R\$)
--	-------------------------	------

	Nota explicativa	Capital social	Reavaliação	Ajuste TVM	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	281.368	2.272	(75)	(113.661)	169.904
Reserva de reavaliação						
Realização	21	-	(106)		35	(71)
Titulos e valores mobiliarios	21	-	-	(4)	-	(4)
Lucro/prejuízo do semestre	-	<u> </u>			3.029	3.029
Saldos em 30 de junho de 2011	-	281.368	2.166	(79)	(110.597)	172.598
Saldos em 31 de dezembro de 2011		281.368	2.145	(77)	(113.616)	169.820
Reserva de reavaliação						
Realização	21	-	(21)		34	13
Titulos e valores mobiliarios	21	-	-	2.585		2.585
Lucro/prejuízo do semestre	-	-		_	(9.501)	(9.501)
Saldos em 30 de junho de 2012	,	281.368	2.124	2.508	(123.083)	162.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Valores em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional: A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Alameda Santos, nº 415 - 1º andar, cujo controlador em última instância é a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a comercialização de seguros de automóveis, ramos elementares e vida e sua atuação se dá em todo território nacional.
2. Apresentação das demonstrações financeiras:
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, e alterações posteriores, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação a das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, a partir de 1º de janeiro de 2012. As principais alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 430/12 que afetaram a Seguradora foram:

• Apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, alternativamente pelo método direto ou indireto, de acordo com o CPC 03 (R2), opção esta adotada pela Seguradora; e • Modelo de publicação das demonstrações financeiras intermediárias das sociedades seguradoras, a partir de 1º de janeiro de 2012.

22. Base de elaboração: As demonstrações financeiras fram elaboradas considerando a custo.

das demonistrações infanceiras internicariais de sociedades organizações para de a 2012.

2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e são ajustadas ao valor justo, quando aplicável, para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação dessas demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados abrangentes, es a demonstrações dos financeiras financeiras es demonstrações dos resultados abrangentes, es a demonstrações dos financeiras dotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

2.3. Demonstração de resultados abrangentes: A demonstração de resultados abrangentes está sendo aoresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo aoresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo

apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou

permitido pelos CPCs. 2.4. Operações descontinuadas: Não houve atividades descontinuadas no semestre findo em 30 de

3. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas: 3.1. Moeda funcional: A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua,

utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Exceto quando expressamente os valores estão apresentados em milhares de reais, arro ondados para a casa decimal mais próxima.

3.2. Apuração de resultado: • O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os 3.2. Apuração de resultado: • O resultado e apurado pelo regime de competência e inclui os 3.2. Apuração de resultado: • O resultado e apurado pelo regime de competência e inclui

rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais. • As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através da constituição da provisão de prêmios não ganhos. São contabilizadas, também, as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão. • Os prêmios de cosseg e resseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações e resseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das específicações de cosseguros/resseguros (propostas) das congêneres/resseguradoras e diferidos para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas através da constituição da provisão de prêmios não ganhos. • Custos de aquisição diferidos - a Seguradora possui uma política de capitalização de certos custos de aquisição relacionados com comissões pagas aos agentes e corretores. O CPC 11 permite que esses custos de aquisição sejam capitalizados. Nenhum ajuste foi efetuado, pois não existe obrigação de capitalizar custos de aquisições capitalizados além daqueles que já são capitalizados pela Seguradora. • Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente a provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

seguradora. Vos prelimos não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A. Ontratos de premios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros e Carta Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 007/08, que define as características de um Contrato de Seguros e Carta Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 007/08, que define as características de um Contrato de Seguros a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros". Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados principalmente por sinistros a recuperar e provisão de reservas técnicas. Os ativos de resseguros ão avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguros <u>Ativos financeiros</u>. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ou valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são econhecidos do baixadas com base na data de negociaç "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado. **b) Investimentos mantidos até o vencimento.**Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. c) Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos design como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários". d) Empréstimos e recebiveis. Empréstimos e recebiveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando mercado ativo. Os empréstimos e recebiveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. <u>Passivos financeiros</u>: Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um periodo menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial: A tabela a seguir apresenta a composição dos principais ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo classificados pelos

níveis hierárquicos e os ativos e p contábeis e os valores justos:	assivos financei	ros ao custo	amortizado,	demonstrando os saldo	
contabole e de valorde jacteel		30/06	/2012	31/12	/2011
		Saldo	Valor	Saldo	Valor
Address firm and a large	<u>Classificação</u>	contábil	justo	contábil	justo
Ativos financeiros					
Ativos mensurados ao valor justo	Nível 1	11.775	11.775	20.872	20.872
Equivalentes de caixa	Mivel 1	11.//5	11.775	20.672	20.672
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimento	Nível 1	56.540	56.540	55.449	55.449
Disponíveis para venda	ININGLI	30.340	30.340	33.443	33.443
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	164.086	164.086	159.988	159.988
Ativos financeiros classificados com		104.000	104.000	133.300	133.300
empréstimos e recebíveis	U				
Créditos das operações com seguro	ns				
e resseguros	55	219.762	219.762	163.055	163.055
Outros créditos operacionais		1.885	1.885	11.122	11.122
Títulos e créditos a receber		9.301	9.301	10.002	10.002
Total		463.349	463.349	420.488	420.488

	30/06/2012		31/12/	2011
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Contas a pagar	23.413	23.413	28.656	28.656
Débitos de operações com seguros e resseguros	108.417	108.417	58.748	58.748
Total	131.830	131.830	87.404	87.404
Os caldos contábais dos ativos financeiros aleccifica	dec como on	anráctimos a r	ooobívoio o d	00 000011100

Os saldos contabeis dos átivos financeiros classificados como emprestimos e recebiveis e dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam de seus respectivos valore justos, devido ao prazo médio de recebimento e pagamento serem de curto prazo. Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 2 conserváveis para o ativo que assivo distamento (ou sais, como preços citados incluídos no Nível 2 conserváveis para o ativo que assivo distamento (ou sais, como preços cotados incluídos no Nível 2 conserváveis para o ativo que assivo distamento (ou sais, como preços cotados incluídos no Nível 2 como precos cotados incluídos no Nível 2 como precos cotados incluídos no Nível 2 como precos cotados incluídos no Nível 2 contra precos cotados incluídos no Nível 2 como prec justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. O valor justo dos títulos públicos é apurado com base nos preços de mercados secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - (ANBIMA). Em 30 de junho de 2012, a Seguradora apresentava saldo de R\$646 (R\$ 650 em 31 de dezembro de 2011) em em outras aplicações, que representa basicamente a participação na Brasil Resseguros S.A. (IRB) no montante de R\$147 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2011) pelo fato dessas aplicações não apresentarem um mercado ativo em função do volume de transações negociadas e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/ mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor justo não ser confiavelmente medido/ mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo.

mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo.

3.5. Baixa de instrumentos financeiros: Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e beneficios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e beneficios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo. A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor

obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.6. Reclassificação de ativos financeiros: A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as específicações do CPC 38: • Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.

• Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obteve essa classificação no reconhecimento inicial. As reclassificações devem ser feitas ao valor justo por deta de contra Esta polo justo por meio do resultado não deve ser reclassificações devem ser feitas ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificações devem ser feitas ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificações devem ser feitas ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificações devem ser feitas ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obteve essa classificação no reconhecimento inicial. As reclassificações devem ser feitas ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se de porte de contrator en contrator de contrator en contrator de contrator en contrator de contrator esta de contrator en contrator de contrator en contrator de contrator en contrator de contrator en cont na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e nad e permitida reversado de gannos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação, Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebiveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

3.7. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros: Na data do balanço é avaliado

se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode A evidencia objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Uma perda por impairment é revertida se houver mudanca nas estimativas utilizadas para se determinar o valor

por impariment e revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização de teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.8. Equivalentes de caixa: São representados por instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

3.9. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros: De acordo com o CPC 01 3.9. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos nao financeiros: De acordo com o CPC 01 Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar, no mínimo por ocasión do elaboração 
das demonstrações contábeis anuais, os valores contabilizados como ativos não financeiros a fim de 
verificar se os mesmos não estão registrados em valor superior àquele passível de recuperação. Caso 
isto seja identificado, é estimado o valor recuperável do ativo e reconhecido contabilimente a eventual 
desvalorização dos ativos. O valor recuperável, segundo o CPC, é o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e o seu valor em uso. Caso o valor contábil seja maior, não haverá desvalorização do ativo. Uma perda por impairment é revertida se houver mudanca nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e

amortuação.
3.10. Outras aplicações: Referem-se, basicamente, à participação no IRB - Brasil Resseguros S.A. e na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, ambos registrados ao Custo de Aquisição e valores retidos pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. para cobertura de Reservas Técnicas.

a.1.1. Crédito das operações de seguros: Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebido. A metodologia utilizada para o cálculo da provisão leva em consideração o percentual médio de cancelamentos aplicado ao saldo de prêmios a receber, combinada com a base histórica de prêmios a receber vencidos há mais de 365 días, abrangendo os seguros diretos e cosseguro aceito. A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica. Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.12. Outros valores e bens - Provisão para desvalorização: Contempla substancialmente o registro de

bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. A provisão para desvalorização de salvados é constituída levando-se em consideração os bens recuperados e não egociados, que perderam valor de mercado. A referida provisão tem por objetivo ajustar os salvados

negociados, que pederain vano de mercado. A feterida provisad tem por objetivo ajustar os salvad ao valor provável de realização. 3.13. Imobilizado: O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciaça acumulada e perdas por impairment acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como par integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica A depreciação e reconhecida no resultado pelo intectou linear consideranto a vida un extendidad estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por móveis, imóveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil fliquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do período. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem seiam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A reavaliação total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em março de 2006 será mantida até sua realização. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revistos a cada encerramento de exercício. Uma perda no valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor o valor contábil

3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo miningirar incierse a desenvolvimento e aquisições de sortwares. Estad demonstrados ao custo de aquisições, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. o título "EXCELÊNCIA EM RESPONSABILIDADE SOCIAL, NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DO JAPÃO ATINGIDAS PELO TSUNAMI QUE DEVASTOU PARTE DO CONTINENTE ASIÁTICO". A empresa dará ATINICIDAS PELO TSUNAMI QUE DEVATOU PARTE DO CONTINENTE ASTATICO. A empresa dará continuidade ao desenvolvimento de novos serviços e procedimentos online ao corretor, de maneira a oferecer cada vez mais facilidade operacional, como processo de melhoria contínua. A Mitsui Sumitomo Seguros é uma subsidiária do grupo MS & AD Insurance Group que está presente em todo o mundo, e dispõe de uma rede de escritórios interligada, distribuída pelas Américas, Europa, Ásia e Oceania. Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e Orgãos de Classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes. e Corretores pela confiança depositada ao longo do semestre e principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções. São Paulo, 27 de agosto de 2012

## **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO** PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por lote de mil ações)

	5,	
Nota explicativa	30/06/12	30/06/11
	198.568	168.187
		22.739
22 e 23.1		190.926
		5.405
		(135.568)
		(26.464)
		(2.937)
23.5		(11.243)
		63.596
		(74.839)
		(25.749)
		(3.932)
23.8		12.736
		260
		3.434
		(27)
2.4	(9.063)	3.407
	-	-
24	(420)	(378)
		3.029
		59.106.248
ções	(0,16)	0,05
	Nota explicativa  22 e 23.1  22 e 23.2 22 e 23.3 23.4 23.5  23.6 23.7 23.8	198.568 (11.675) 22 e 23.1 (21.675) 22 e 23.2 (23.4) (23.4) (23.4) (23.5) (24.085) (25.150) (23.6) (27.076) (23.7) (3.045) (23.7) (3.045) (23.7) (3.045) (23.7) (3.045) (27.076) (23.7) (3.045) (27.076) (23.7) (3.045) (29.103) (29.103) (9.663) (9.663) (438) (9.501) (9.501) (9.501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE** PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)		
	30/06/12	30/06/11
ucro/prejuízo líquido do semestre	(9.501)	3.029
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ajuste de títulos e valores mobiliários	2.585	(4)
Posultado obvengento total de comoctro	(6.016)	2 025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO** PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais - R\$)

Natividados energaiencia	30/06/12	30/06/11
Atividades operacionais	(0 E01)	reapresentado 3.029
ucro/prejuízo líquido do semestre	(9.501)	3.029
Ajustes para:	2.654	2.782
Depreciação e amortizações Perda por redução do valor recuperável dos ativos	(899)	(5.608)
/ariação nas contas patrimoniais:	(099)	(5.008)
Ativos financeiros/aplicações	(2.648)	3.700
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos	(2.040)	3.700
oriundos de contratos de seguro	(55.822)	(16.868)
Ativos de resseguro	(34.112)	(33.216)
Créditos fiscais e previdenciários	13	7.131
Despesas antecipadas	645	(575)
Outros ativos	9.583	(385)
Depósitos judiciais e fiscais	1.320	2.678
ornecedores e outras contas a pagar	(3.646)	(537)
Empréstimos e financiamentos	(0.0.0,	13
mpostos e contribuições	(1.585)	7.538
Débitos de operações com seguros e resseguros	49.669	45
Depósitos de terceiros	102	(9.327)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	34.039	23.343
Provisões judiciais	678	509
Caixa líquido consumido pelas operações	(9.510)	(15.748)
Dividendos recebidos	325	260
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais Atividades de investimento	(9.185)	(15.488)
Aquisição de imobilizado	(392)	(1.543)
Aquisição de investimentos	(1.116)	(913)
Alienação de imobilizado	(21220)	(20)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.508)	(2.436)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(10.693)	(17.924)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	24.601	46.957
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	13.908	29.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$120 ao semestre para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuizo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os "Valores Justos". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

venda" e os "Valores Justos". O imposto diferido é mensurado pelas allquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.16. Provisões técnicas de seguros: As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 162/06 e alterações posteriores. • Provisão de prêmios não ganhos - PRNG. A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e já emitidos é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata dia", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes, mas não emitidos (PNG-RVNE) é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06 e alterações posteriores. • Provisão para insuficiência de prêmios - PIP. A provisão para insuficiência de prêmios - PIP. A provisão para insuficiência de prêmios - PIP. A provisão para insuficiência de prêmios o constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial. • Provisão de sinistros a liquidar - PSL. A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros cocridos de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial. A provisão de sinistros a loramo DPVAT é constituída conforme previsto na Resolução CNSP nº 192/08. • Teste de adequação de passivos - TAP. Conforme requerido pelo CPC 11, a Seguradora deve elaborar o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras foi instituído pela SUSEP, por intermédio da circular SUSEP nº 410/10 e deverá avaliar na data-base, as obrigações decorrentes dos contratos e certifi futuro bruto de resseguro e retrocessão e deverá conter pagamentos de sinistros futuros de sinistros já ocorridos ou a ocorrer e despesas. O desenvolvimento do teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros segundo o CPC 11, deduzidos de qualquer custo de aquisições diferido e qualquer ativo intangível relacionados aos contratos de seguros. Caso custo de aquisições diférido e qualquer ativo intangível relacionados aos contratos de seguros. Caso sejam identificadas quaisquer deficiências, a perda é registrada imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo o valor dos custos de aquisições diferidos relacionados ou dos ativos intangíveis relacionados e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste. O cálculo realizado para a data-base 31 de dezembro de 2011 não identificou insuficiência de provisão técnica a ser constituída. Em 4 de julho de 2012, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP nº 446, que suspendeu os efeitos, na apuração das demonstrações financeiras intermediárias individuais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, ad Circular SUSEP nº 410, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu o "teste de adequação de passivos" para fins de elaboração das demonstrações financeiras das entidades supervisionadas pela SUSEP definiu regras e procedimentos para sua realização. Diante de tal fato, a Seguradora não efetuou o teste de adequação de passivos para a referida data base 30 de junho de 2012.

3.17. Provisões judiciais e ativos contingentes: Está demonstrado pelos valores conhecidos ou

de passivos para a referida data base 30 de junno de 2012.

3.17. Provisões judiciais e ativos contingentes: Está demonstrado pelos valores conhecidos ou activos contingentes de correspondentes encargos e variações monetárias. acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingente, e referendada pela Circular SUSEP nº 424/11 e 430/12. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. • Provisões judiciais: são constituídos pela Administração levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente seguraça. • Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). • Depósitos judiciais: sos depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação.

3.18. Benefícios aos empregados: A Seguradora possui o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, cujo objetivo é ampliar a conscientização dos funcionários às variáveis dos negócios e do seu papel ativo na melhoria dos níveis de produtividade e qualidade na empresa, amadurecimento em relação às necessidades e expectativas de clientes e sinergia entre as áreas. Na data do balanço é contabilizada uma provisão de participação nos lucros, conforme parâmetros estabelecidos na política de participação nos lucros da Seguradora. urídicos: á causa das acões: similaridade com processos anteriores: complexidade e o posicionamento

de participação nos lucros da Seguradora. **3.19. Lucro líquido por ação:** O lucro por ação básico da Seguradora para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante o período de reporte, a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41.

3.20. Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas a taxa

de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais a taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

A Principais estimativas e julgamentos: Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As áreas que envolvem julgamento qui uso de estimativas relevantes. presente como períodos futuros. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações. Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes. A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes ssas que podem afetar as demonstrações financeiras:

premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

4.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido/baixado pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar-lo, e o montante a ser registrado do ativo fiscal.

o montante a ser registrado do ativo fiscal. 4.<mark>2. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:</mark> Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda: e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos

derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos períodos nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

4.3. Provisões judiciais: A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

www.msig.com.br

**+++**+



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Valores em milhares de reais - R\$)

4.4. Provisão para riscos sobre créditos: A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.11 é considerada suficiente pela Administração para cobrir as

perdas prováveis. 4.5. Provisões técnicas de seguros e teste de adequação de passivos - TAP: As provisões técnicas de seguros e o teste de adequação de passivos também utilizam de premissas e escolha de estimativas por parte da Administração da Seguradora, conforme descrito na nota explicativa nº 3.16. 5. Gerenciamento de riscos:

5. Gerenciamento de riscos:
5.1. Comitê de underwriting:
O comitê de Underwriting tem o objetivo de, através de normas, efetuar discussões e aprovações no tocante à aceitação de riscos específicos/vultosos, que possam gerar reflexos na gestão operacional da Seguradora. A periodicidade de realização do comitê deverá ser 2 vezes por mês a princípio, ou, quando necessário, efetuar reunião extraordinária.
5.2. Comitê de gerenciamento de riscos e compliance:
O Comitê tem por objetivo desenvolver e subhoras:

melhorar o sistema de gerenciamento de risco, das normas da Seguradora, prevenção a Lavagem de Dinheiro, assegurando que a Diretoria e todos os funcionários cumpram rigorosamente as normas estabelecidas e as leis do País. As reuniões do Comité serão realizadas com periodicidade mensal, e eventualmente, em situações extraordinárias. Além do Comitê normal, o Chairman poderá convocar o

eventualmente, em situações extraordinárias. Além do Comitê normal, o Chairman poderá convocar o Comitê quando for necessário. O comitê em conjunto com os gestores tem a missão de garantir que todos os riscos sejam identificados e alocados aos responsáveis do Departamento, definindo as ações corretivas e que estas estejam documentadas. O Comitê também deverá monitorar se os planos de ação corretiva estão sendo implementadas de acordo com os prazos fixados.

5.3. Riscos de seguro: O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo acem ativamente sobre a gestão de desembols de fedicia de no folicas processos acem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros definição de nolíticas poracionais no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos. O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos e avaliação de processos. O principal risco assumido é o risco de que a 'frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégica que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. Como forma de dilluir e homegneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos à Seguradora. forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, alem das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A política de aceitação de riscos considera a experiência histórica e premissas atuariais. As indenizações são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste, sendo que sua aprovação pode ser dada somente pelo Comitê de *Underwriting*, observando os períodos máximos constantes no Código Civil. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período longo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IRBR). Muitas variáveis afetam o valor e o montante a ser paro nestes contratos nestes contratos. mas Não Avisados (IBNR). Muitas variáveis afetam o valor e o montante a ser pago nestes contratos. O custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A O custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final mostre-se diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR e a Provisão de Sinistros a Liquidar. Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa à matéria em questão. Na estimativa da Provisão de Sinistros a Liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas na sinistralidade histórica, bem como da perícla e avaliações específicas com relação ao bem sinistrado. 5.4. Análise de sensibilidade: A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ su severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudancas na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo. É esperado que ocorram variações em número es inistros influenciados pelas mais diversas situações, até mesmo que o sinistro possua uma característica randômica que pode levar em um momento qualquer o incremento de sinistros possua uma característica randômica que pode levar em um momento qualquer o incremento de sinistros de grandes valores, infringindo perdas não esperadas para a Seguradora. A tabela abaixo simula a sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido, caso a sinistralidade varie em 10% em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes, em 30 de junho de 2012.

		Bruto de resseguro		Líquido de	resseguro
		Patrimônio		Patrimônio	
Premissas	Variação	líquido	Resultado	líquido	Resultado
Aumento da sinistralidade					
(sinistro retido/prêmio ganho)	+10%	(13.456)	(13.456)	(9.232)	(9.232)
Diminuição da sinistralidade					
/-!!	1.00/	12 456	12 456	0.022	0.222

(sinistro retido/prémio ganho) -10% 13.456 13.456 9.232 9.232 5.5. Sensibilidade das estimativas: Os ativos são classificados pelo valor justo. Estes ativos são avaliados com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados, quando aplicável. O teste de sensibilidade demonstra o efeito decorrente da variação das Taxas de Juros no Patrimônio Líquido, nas aplicações financeiras, bem como nas Receitas Financeiras. Como premissa, utilizou-se a variação de 2 pontos percentuais como intervalo de variabilidade da Taxa Básica de Juros. 
 Variação
 Taxa de juros
 Variação

 %
 R\$
 -2,00%
 11,00% a.a.
 14,25%
 %
 R\$

Patrimônio líquido ajustado	-0,13%	(199)	152.550	152.749	152.945	0,13%	196		
Patrimônio de investimentos	-0,09%	(209)	228.058	228.268	228.473	0,09%	205		
Juros incorridos	-1,86%	(209)	11.054	11.264	11.469	1,82%	205		
PIS/COFINS	1,86%	10	514	524	533	-1,82%	-10		
5.6. Concentração de riscos: A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de									
perda a que uma seguradora se encontra sujeita. Riscos oriundos de catástrofes são mitigados através									
de avaliações nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas analisando									
determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre									
as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito									
do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos (brutos de resseguro)									
nos períodos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao									
longo do tempo. A política de resseguros e cosseguro abordam os riscos e coberturas para catástrofes.									

Prêmios emitidos - Bruto de ressseguro:

Fremios emitidos - bruto de ressseguro:								
30/06/2012								
Linhas de negócios	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total		
Automóvel	1.656	6.486	2.891	34.104	13.036	58.173		
DPVAT	1.934	3.857	986	11.899	3.525	22.201		
Patrimonial	816	1.162	1.090	26.996	8.632	38.696		
Pessoal coletivo	11	22	140	1.134	232	1.539		
Responsabilidades	172	86	31	3.571	1.310	5.170		
Transportes	2	1	-	22.939	-	22.942		
Outros				_10.906		_10.906		
Total	4.591	11.614	5.138	111.549	26.734	159.626		
Prêmios emitidos - Líc	uido de resseg	uro:						
30/06/2012								
Linhas de negócios	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total		
Automóvel	1.656	6.486	2.891	34.104	13.036	58.173		
DPVAT	1.934	3.857	986	11.899	3.525	22.201		
Patrimonial	792	1.140	1.047	6.952	8.505	18.436		
Pessoal coletivo	11	22	137	785	222	1.177		
Responsabilidades	172	86	31	3.201	1.310	4.800		
Transportes			-	7.862	-	7.862		
Outros	2	1		867		870		
Total	4.567	11.592	5.093	65.671	26.597	113.521		

5.7. Risco de crédito: O risco de crédito representa o montante de valores a receber que, por quaisquer razões, há o risco de não ser recebida no futuro. A Seguradora adota procedimentos de estimativa com base na perda histórica de cancelamentos por inadimplência e a base histórica de prêmios a receber

base na perda histórica de cancelamentos por inadimplência e a base histórica de prêmios a receber vencidos há mais de 365 dias para estabelecimento de provisão para devedores duvidosos de prêmios diretos e de cosseguro aceito. A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base na capacidade de recuperação dos sinistros indenizados.

5.8. Risco financeiro: O gerenciamento dos riscos financeiros contempla: a) Risco de liquidez: Compreende o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos bem como a capacidade financeira em adquirir ativos para a garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado através de análise do fluxo de caixa do passivo, combinada com a estratégia conservadora de manter no portfólio um volume de investimentos relevantes com liquidez imediata. b) Casamento de ativos e passivos: Um conservadora de manter no portfólio um volume de investimentos relevantes com liquidez imediata. b) Casamento de ativos e passivos: Um conservadora de passivos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos: dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre tava, risco e retorno, alinhando os investimentos de investimento e otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativice o practice.

de ativos e passivos.

5.9. Risco operacional: O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, eficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inade-quadas, e indenização por danos a terceiros. Excluem-se desse conceito os riscos estratégicos e de quadas, e indenização por danos a terceiros. Excluem-se desse conceito os riscos estratégicos e de reputação. O gerenciamento do risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos a que a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem para com os acionistas, funcionários, órgãos reguladores e sociedade. Para mitigar o risco de impactos nas demonstrações financeiras por erro ou ineficiência operacional, a Seguradora adotou processo de checagem mensal das operações contabilizadas em Contas de Resultado, através de reuniões específicas com as Áreas de Negócio. Álém disso, estabeleceu processo vigoroso de reconciliações contábeis cuja revisão é também obrigatória palas Áreas de Negócios.

pelas Áreas de Negócios. 5.10. Gestão do risco de capital: O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco versus su de capital procura de procursos de procursos de procursos pero definidas no Comitê retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas no Comitê de *Underwriting*, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido e/ou Margem de Solvência da Seguradora (Resolução CNSP nº 178/07 e Circular SUSCP nº 255/07) SUSEP nº 355/07).

31/12/2012	31/12/2011
162.917	169.820
(1.494)	(2.139)
	(444)
(8.674)	(9.288)
	157.949
46.634	47.305
56.510	53.111
56.510	53.111
15.000	15.000
58.456	64.422
43.963	43.934
14.493	20.488
73.456	79,422
73.456	79,422
79.293	78.527
	162.917 (1.494) (8.674) 152.749 46.634 56.510 15.000 58.456 43.963 14.493 73.456

A Resolução CNSP nº 227/10 estabelece requerimentos relacionados ao capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das seguradoras, o qual é composto por capital base e parcelas adicionais para cobertura dos riscos de subscrição e de crédito. A Resolução CNSP nº 158/06 estabeleceu critérios para a determinação do capital adicional baseado nos riscos de subscrição e a Resolução CNSP nº 228/10 estabelece os critérios para determinação do capital adicional baseado no risco de crédito. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos, a eventual suficiência/insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida em relação ao maior dos valores entre a soma do capital base e capital adicinal e a margem de solvência calculada na forma estabelecida pela Resolução nº 55/01

5.11. Ferramentas de gerenciamento de riscos: Além das políticas e estratégias mencionadas acima, a Seguradora faz uso das ferramentas Risk Treatment Plan e Risk Register, que visam analisar e gerenciar os riscos identificados, o grau de impacto, o desenvolvimento de planos de ação e a definição de prazos

e responsáveis.

6. Adoção de normas internacionais de contabilidade novas e revistas: O CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de compromisso de CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com profita de la compromisso de compr base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória. Aplicável a períodos

Total

(conforme Instrument	os Financeiros alteração em 2010)	anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10,11 e 12; 27R e IAS 28R	Normas novas ou revisadas - tratamento contábil de consolidação, envolvimento em acordos conjuntos e divulgação de	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13	envolvimento com outras entidades Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1	justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2012
IAS 19	para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado A alteração da norma IAS 19 aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
7. Disponivei - Caixa	e Equivalentes de Caixa	30/06/2012 31/12/2011
Caixa e Bancos	os - renda fixa (não exclusivos) (*)	2.133 3.729 11.775 20.872
rungo de mvesilment	JS - TEHUA HXA (HAU EXCIÚSIVOS) (")	11.770 20.072

(\*) Refere-se a ativo não vinculado a garantia de provisões técnicas e que po

13.908

24.601

8. Equivalentes de caixa e aplicações - circulante e realizável a longo prazo:

8.1. Composição:						
			30.06.20			2011
	Custo		Ajuste	Efeito G	anhos não	
Categorias	atualizado	Valor justo	de TVM	tributário	realizados	Valor justo
Ativos financeiros ao valo						
justo por meio do result	ado					
Fundos de investimento						
(a) (b)	29.674	29.674	-	-	-	44.925
Fundos de invest.	20.641	20.641				21 200
DPVAT (b)	38.641 <b>68.315</b>	38.641				31.396 <b>76.321</b>
Total	68.315	68.315	-	-	-	76.321
Disponíveis para venda Letras Financeiras do						
Tesouro - LFT (c)	56.059	56.060	2	(1)	1	159.988
Notas do Tesouro	30.039	30.000	2	(1)	1	133.300
Nacional - NTN B (c)	46.775	47.813	1.037	(415)	622	
Notas do Tesouro	40.773	47.010	1.007	(+10)	OZZ	
Nacional - NTN F (c)	57.118	60,260	3.142	(1.257)	1.885	
Total	159.952	164.133	4.181	(1.673)	2.508	159.988
Total de títulos e						
valores mobiliários	228.267	232.448	4.181	(1.673)	2,508	236.309
Outras aplicações (d)	646	646	-	-	-	650
Total das aplicações	228.913	233.094	4.181	(1.673)	2.508	236.959
Equivalente de caixa		11.775				20.872
Aplicações - Circulante		57.233				56.099
Aplicações - Realizável		164.006				150,000
a longo prazo		164.086				159.988

(a) A carteira de investimentos é fundamentalmente composta de Títulos Públicos Federais pós-fixados (b) O valor justo das cotas de fundos de investimento financeiro, não exclusivos, foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Todos os fundos são atrelados à Renda Fixa, sendo que, grande parte de suas carteiras são compostas de Títulos Públicos e Certificados de Depósitos Bancários. (c) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. (d) Referem-se, basicamente, à participação no IRB - Brasil Resseguros S.A. e na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, ambos registrados ao Custo de Aquisição e valores retidos pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. para cobertura de Reservas Técnicas. 8.2. Composição por faixa de vencimentos: Em 30 de junho de 2012, as aplicações em títulos e

s mobiliários por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma Ativos financeiros ac valor justo por meio do resultado: Liquidez diária 1 a 4 anos

38.641

38.641

Prestadores de serviços

Outras obrigações a pagai

Fundos de investimento - DPVAT

Disponíveis para venda

LFT	47	56.013	56.060
NTN B	-	47.813	47.813
NTN F	-	60.260	60.260
Total	68.362	164.086	232.448
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de financeiros derivativos. 8.3. Movimentação das aplicações financeiras:	2011, a Seguradora	não operou co	m instrumentos
Saldo em 31 de dezembro de 2011			236.959
(+) Aplicações			120.880
(-) Resgates			(140.381)
(+/-) Atualização monetária/juros			11.328

nercado Saldo em 30 de junho de 2012 233.094 8.4. Garantia das provisões técnicas: Os valores dos ativos vinculados em cobertura das provisões

toomous suo os sogumtos.	30/06/2012	31/12/2011
Total das provisões técnicas	455.113	421.075
(-) Operações com resseguradoras	235.918	201.805
(-) Direitos creditórios	43.177	46.853
(-) DPVAT	38.634	31.384
Montante a ser garantido	137.384	141.034
Títulos de renda fixa - públicos	164.133	159.988
Fundos de investimento	56.540	55.449
Garantia das provisões técnicas	220.673	215.437
9. Prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios	de emissão dir	eta, cosseguro

riscos vigentes não emitidos, bem como as operações de retrocessão. O período médio de imento dos prêmios da Seguradora é de 5 meses. 20/06/2012

		30/06/2014	2		31/12/2011	
		Provisão para	Prêmios		Provisão para	Prêmios
	Prêmios	riscos sobre	a receber	Prêmios	riscos sobre	a receber
lamos agrupados	a receber	créditos	líquido	a receber	créditos	líquido
utomóvel	48.244	(652)	47.592	57.366	(733)	56.633
iarantia	50	-	50	78	(1)	77
atrimonial (*)	81.809	(95)	81.714	45.606	(785)	44.821
desponsabilidade civil	5.419	(61)	5.358	15.216	(268)	14.948
desponsabilidade civil						
- veículos	13.432	(2)	13.430	14.513	(3)	14.510
ransportes	2.933	(307)	2.626	8.464	(2.015)	6.449
cidentes pessoais e						
vida em grupo	552	(193)	359	563	(242)	321
Outros	37.309	-	37.309	12.414	-	12.414
otal	189.748	(1.310)	188.438	154.220	(4.047)	150.173
*) Refere-se principalm	ente à emis	são de apólice	s do ramo 1	96 - Riscos N	Nomeados Ope	racionais.
2 Prêmios a receber	nor vencin	nento. Os prêr	nios a recebi	er nor vencir	nento estão d	stribuídos d

seguinte forma:	30/06/2012	31/12/2011
Vencidos até 30 dias	<del>30/06/2012</del> 6.444	13.622
Vencidos de 31 a 60 dias	141	1.906
Vencidos de 61 a 180 dias	769	2.633
Vencidos acima de 180 dias	642	3.350
A vencer até 30 dias	94.047	59.232
A vencer de 31 a 60 dias	17.989	21.664
A vencer de 61 a 180 dias	40.174	40.033
A vencer acima de 180 dias	29.542	11.780
Total	189.748	154.220
9.3. Movimentação dos prêmios a rec	ceber:	
Saldo em 31 de dezembro de 2011		154.220
<ul><li>(+) Prêmios emitidos líquidos</li></ul>		238.743
(-) Recebimentos		166.135
(-) Baixas/Cancelamentos		37.080
Saldo em 30 de junho de 2012		189.748
9.4. Movimentação da redução ao va	lor recuperável (PDD): A provisão para riscos sob	re crédito para

prêmios diretos é constituída com base em estudo técnico através de análise individual dos prêmios

diretos a receber vencidos há mais de 365 dias, combinado com a a cancelamentos sobre prêmios a receber.	plicação do percentual médio de
Saldo inicial Constituições Reversões/baixas Saldo final Adicionalmente a Seguradora constituiu a provisão para riscos sobre cr aceito e recuperações de sinistros de resseguro e cosseguro cedido.	30/06/2012   31/12/2011   1.663   23.714   27.173   (26.451)   (24.789)   1.310   4.047   6ditos para prêmios de cosseguro
Prêmio de cosseguro aceito Recuperação de sinistro de resseguro cedido Recuperação de sinistro de cosseguro cedido Subtotal 10. Ativos e passivos de resseguro: 10.1. Operações com resseguradoras - ativo	30/06/2012     31/12/2011       1.047     -       229     455       1.230     199       2.506     654
Sinistros pagos a recuperar	30/06/2012   31/12/2011   24.446   9.575   982   26.124   10.557       Mais de 365   Total   2.850   24.446   1.678   2.956   26.124
10.2. Ativos de resseguro - provisões técnicas  Sinistro a liquidar Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) Provisão para prêmio não ganho - resseguro cedido Provisão de riscos vigentes e não emitidos - resseguro cedido Provisão complementar de prêmio - resseguro cedido Total  10.3. Operações com resseguradoras - passivo	30/06/2012 134.028 132.943 6.626 6.546 53.927 41.337 19.290 22 235.918 201.805

82.242 31/12/2011 Prêmios cedidos líquidos de comissão **Total** 11. Créditos Tributários e previdenciários - circulante e não circulante ativo circulante e no ativo não circulante

Circulante: Antecipações de imposto de renda Antecipações de contribuição social Imposto de renda a compensar Contribuição social a compensar PIS e COFINS Outros créditos tributários e previdenciários Total	Saldos em 31/12/2011 248 140 725 138 421 75 1.747 Saldo em	Constituição/ (Reversão) (84) 1 108 (28) 42 (1) 38 Constituição/	Saldos em 30/06/2012 164 141 833 110 463 74 1.785 Saldo em
	31/12/2011	(Reversão)	30/06/2012
Ativo não circulante:	450		150
Antecipações de imposto de renda	156	-	156
Antecipações de contribuição social	51	(50)	51
Ajustes Temporais - IR e CSLL - aplicações	52	(52)	165
PIS e COFINS	165	-	165
Contribuição social - Medida provisória nº 2.158-35/01 Subtotal Provisão para riscos de créditos tributários	1.451 1.875 (692)	(52) 81	1.451 1.823 (611)

Total líquido 1.183 11.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais: Em 30 de junho de 2012, a Seguradora tem base negativa de contribuição social no montante de R\$ 64.370 (R\$52.790 em 31 de dezembro de 2011) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$84.987 (R\$73.406 em 31 de dezembro de 2011), a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Os montantes do crédito tributário decorrentes da base negativa, do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias ac

em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, não recondemonstrados a seguir:	hecidos contal	oilmente, estão
	30/06/2012	31/12/2011
Base negativa acumulada de contribuição social	64.370	52.790
Adições temporárias (a)	5.677	10.992
Total	70.047	63.782
Alíquota de contribuição social	15%	15%
Total de crédito tributário de contribuição social	10.507	9.567
Prejuízo fiscal acumulado	84.987	73.406
Adições temporárias (a)	5.677	10.992
Total	90.664	84.398
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário de imposto de renda	22.666	21.099
Total do crédito tributário acumulado não reconhecido contabilmente (b)	33.174	30.666
(a) As diferenças temporárias são formadas basicamente por provisão	para devedore	es duvidosos e
provisão para contingências (b) A Seguradora não constituiu crédito tri	hutário de imi	nosto de renda

para contingencias. **(b)** A Seguradora não constituiu credito tributario de imposto de renda uição social, no momento, por não atender às regras requeridas pela SUSEP para sua constituição. 12. Custos de aquisição diferidos: As comissões pagas e recebidas em operações de seguros registradas no circulante são realizadas de acordo com os períodos de vigência das apólices. E estão assim

compostas:	30/06/2012	31/12/2011
Ramos: Automóvel Patrimonial Responsabilidade civil	12.012 9.464 1.806	12.977 10.982 1.735
Responsabilidade civil - Veículos Transportes	2.819 136	3.174 228
Acidentes pessoais e vida em grupo	61	66
Outros Total	26.320	29.180
13. Outros valores e bens - bens à venda: O quadro abaixo demonstra		

Ilvados à venda, por tempo de permanência, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de salvados referem-se, em sua totalidade, ao ramo de automóvel. 30/06/2012 31/12/2011

venda - salvados à venda, por tempo de perr 2011. Os salvados referem-se, em sua totalio Tempo de permanência 0 - 30 dias 31 - 60 dias 61 - 90 dias 91 - 120 dias 121 - 150 dias 151 - 180 dias 151 - 365 dias Acima de 365 dias (-) Provisão para desvalorização de salvados Total 930 576 658 179 275 92 1.016 968 6.274

14 Imobilizado

14.1. Composição:			30/06	/2012		2011
Taxa anua			Reava-	Depreciação		
depreciação	ı - %	Custo	liação	acumulada	Total	Total
Terrenos	-	526	1.336	-	1.862	1.862
Edificações	4	13.399	1.750	(3.787)	11.362	11.665
Computadores e equipamentos	20	8.307	-	(5.498)	2.809	3.127
Móveis, máguinas e utensílios	10	1.385	-	(958)	427	491
Veículos	20	795	-	(578)	217	64
Total		24.412	3.086	(10.821)	16.677	17.209
Em 2006, os terrenos e edifíci						
está contabilizado na conta "Im	posto	de renda e coi	ntribuição s	social diferidos".	no exigível a	longo prazo.

Saldo diferidos Reavaliação reavaliação Reavaliações Total (437 2.124 2.145 3.086 (525 Total

A movimentação do ativo imobilizado está assim
Saldo 31/12/2011 Descrição Aquisições Baixas ciação 30/06/2012 Terrenos Edificações 11.665 11.362

(303) (523) (82) Computadores e Equipamentos 3.127 205 2.809 Móveis, máquinas e utensílios Veículos (16) **(924)** 17.209 217 **16.677** Totais 15. Intangível: O ativo intangível está assim composto: 30/06/2012 2011 Prazo de Amortização Custo Contratos e licenças de softwares 9.288 **9.288** 25.362 **25.362** 8.674 **8.674** 

Movimentação dos saldos do intangível: Saldos em 31 de dezembro de 2011 Adições 9.288 Despesas de amortização Saldos em 30 de junho de 2012 16. Obrigações a pagar: As obrigações a pagar registradas no passivo circulante em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão assim compostas:

Descrição
Participação - Gratificação a pagar
Fornecedores

257
236
19072

**Totais** 10.555 14.098 17. Provisões técnicas de seguros: A composição das provisões técnicas registradas no passivo e as operações com resseguros registradas no ativo estão assim demonstradas em 30 de junho de 2012: 30/06/2012

Danos Resp. Resp. civil

	Automovel	Patrimonial	CIVII	- auto	portes	Outros	lotal	Pessoas	lotal
Provisão de sinistros a liquidar	20.845	148.412	16.496	9.819	4.621	22.318	222.511	1.531	224.042
Provisão de IBNR	1.077	4.693	3.658	1.080	2.415	16.916	29.839	271	30.110
Provisão de prêmios não ganhos	50.860	87.266	9.368	16.383	762	35.662	200.301	224	200.525
Outras provisões	-	-	-	-	-	436	436	-	436
Total	72.782	240.371	29.522	27.282	7.798	75.332	453.087	2.026	455.113
				31,	/12/2011				•
				Danos					
,			Resp.	Resp. civil	Trans-				
	<u>Automóvel</u>	<b>Patrimonial</b>	civil	- auto	portes	Demais		Pessoas	Total
Provisão de sinistros a liquidar	20.725	137.170	12.357	9.369	3.597	22.132	205.350	1.692	207.042
Provisão de IBNR	902	7.128	2.860	1.421	1.839	10.321	24.471	242	24.713
Provisão de prêmios não ganhos	60.921	81.255	11.866	17.621	2.429	14.702	188.794	215	189.009
Outras provisões	-	4	-	-	104	86	194	117	311
Total	82.548	225.557	27.083	28.411	7.969	47.241	418.809	2.266	421.075
17.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:									
•		Saldo er	n -					Sa	aldo em
		31/12/201	1 Con	<u>stituições</u>	Reverso	es Pag	<u>amentos</u>	30/0	6/2012
Provisão de sinistros a	المامالي	207.04		202.042	(OE 4 E	EO) (	101 204	١ ٠	24.042
liquidar (administrativo e j	laicial)	207.04	_	392.942	(254.5	08) (.	121.384	) 2.	24.042

liquidar (administrativo e judicial) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG e PPNG-RVNE) Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) Outras provisões (PCP) 189.009 200.525 30.110 3.876 Total 421.075 1.652.297 (1.496.875)(121.384) 455.113 17.2. Sinistros a liquidar em juízo: Do montante de R\$224.042 (R\$207.042 em 2011), o valor de R\$31.555 (R\$27.282 em 2011) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos inte classificação de ris 30/06/2012 Valor 2011 Valor

Quantidade de Valor processos 3 207 27 527 **Total** 3.620 92.352 31.555 31.555 27.282 Para constituição das provisões de sinistros a liquidar judicial são considerados, além da probabilidade de perda, a comparação entre o valor do pedido e o valor da importância segurada, dos dois o que for menor. A movimentação de sinistros judiciais no período está assim representada:

27.282

Constituições Reversões/baixas 21.400 (13.327) Saldo em 30 de junho de 2012 17.3. Tabela de desenvolviment 31.555 Ano aviso do sinistro Ano de ocorrência Até 2007 2008 2012 Total

Allo de ocorrelicia	ALE 2007	2000	2009	2010	2011	2012	iotai
Até 2007	250.917	18.501	5.763	336	990	1.186	277.693
2008		86.402	23.545	116	18	42	110.123
2009	-	-	123.194	4.205	321	258	127.978
2010	-	-	-	175.335	35.519	1.588	212.442
2011	-	-		-	290.567	14.127	304.694
2012	-	-	-	-	-	161.588	161.588
Total	250.917	104.903	152.502	179.992	327.415	178.789	1.194.518
Pagamentos de							
sinistros efetuados	229.498	86.400	142.161	158.423	237.836	102.655	956.973
Sinistros pendentes							
brutos de resseguro	21.419	18.503	10.341	21.569	89.579	76.134	237.545
Sinistros convênio DP	VAT						22.101
Cosseguro cedido							(35.604)
Sinistros a liquidar bru	utos de resseg	uro					224.042
Sinistros líquidos de	resseguro						
			Δ	no aviso do	sinistro		

2008 2009 2010 2011 22.594 115.173 231.399 144.596 77.478 142.813 159.380 244.367 148.840 Total 917.474 Pagamentos de 137.367 76.155 156.243 221.273 83,275 813.957 sinistros efetuados 139.644 Sinistros pendentes líquidos de resseguro 103.518 7.229 1.323 3.169 3.137 23.094 65.566 Sinistros convênio DPVAT 22.101 (35.604)

Cosseguro cedido Sinistros a liquidar líquidos de resseguro 90.015 18. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecicipada de prêmios o outros depósitos. Em 30 de junho de 2013 expressor de 2013 en 2013 en

2012 o montante é de	R\$ 7.880	D (R\$7.778		zembro de 2 / <b>06/2012</b>	2011).		
<b>Descrição</b> Cobrança antecipada	1 a 30	31 a 60	61 a 120	121 a 180	181 a 365	Superior a 365	Total
de prêmios Prêmios e	3.606	21	73	59	45	9	3.813
emolumentos recebidos Outros depósitos Total	325 1.601 <b>5.532</b>	68 31 120	152 230 455 31	65 6 130 /12/2011	112 204 361	153 1.120 1.282	875 3.192 <b>7.880</b>
<b>Descrição</b> Cobrança antecipada	1 a 30	31 a 60	61 a 120	121 a 180	181 a 365	Superior a 365	Total
de prêmios Prêmios e emolumentos	776	82	15	21	10	58	962
recebidos Outros depósitos <b>Total</b>	1.673 103 <b>2.552</b>	71 <b>153</b>	555 <b>570</b>	66 <b>87</b>	102 112	3.813 433 <b>4.304</b>	5.486 1.330 <b>7.778</b>

19. Provisões judiciais: A Seguradora avaliou suas provisões judiciais, de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referendado pela Circular estabelecidos no C SUSEP nº 424/11

19.1. Detainament	o das obligaç	ocs legals c		30/06/201		3 por prob	abilidade	2011
	Prov	ável	Pos	ossível		mota	Valor	Valor
	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	total	total
trabalhistas (a)	1.829	11	32	2	-	8	1.861	1.496
Cíveis (b)	1.529	66	492	49	-	76	2.021	1.735
Total	3.358	77	524	51	-	84	3.882	3.231
19.2. Movimentação	ão das provisõ	es judiciais	:					
		-			Tra	balhistas		Cíveis
Saldo em 31 de de	zembro de 20	011				1.496		1.735
Constituições/atuali	zação monetá	ria				200		1.336
Alterações nas estir	naťivas					281		226
Baixas/pagamentos						(116)		(1.276)
C-14 20 4- !						1 061		2 021

Saldo em 30 de junho de 2012 1.861 a) Provisões trabalhistas: A Seguradora é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedido a) riovisces tradalitatas: A seguladora e parte em inversas aques de natureza tradalitata e se pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas, b) Provisões cíveis: Ações impetradas por segurados, relacionadas na sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial ou que foram negados pela Seguradora, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus

consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas. 20. Contas a pagar - longo prazo: A provisão para tributos diferidos refere-se a tributação sobre a valiação das edificações da Seguradora. O saldo de outras contas a pagar refere-se a repasses de

cosseguro cedido e resseguro cedido sobre ressarcimentos de sinistro	30/06/2012	31/12/2011
Contas a pagar: Provisões para tributos diferidos	2.198	540
Outras contas a pagar	2.873	2.909
Total	5.071	3.449

21. Patrimônio líquido: O capital social é de R\$281.368 representado por 59.106.248 (59.106.248 em 2011) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Os ajustes com títulos e duores mobilidarios são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 8, líquidos dos efeitos tributários. Reservas de reavaliação: Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização é decorrente da depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos

22. Ramos de atuação da seguradora: Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índi

indices de sinistralidade e de comissionamento:							
			30/06/2	012			
	Prêmios	Sinistros	Custo de	Ind	ices %		
	ganhos	ocorridos	aguisição	Sinistralidade	Comissionamento		
Principais ramos:							
Automóvel	51.564	(40.737)	(12.816)	79	25		
Patrimonial	73.009	(46.032)	(8.981)	63	12		
DPVAT	21.817	(19.299)	(323)	88	1		
Responsabilidade civil	12.290	(6.033)	(1.428)	49	12		
Responsabilidade civil - veículos	15.498	(12.771)	(3.059)	82	20		
Transportes	11.068	(9.828)	(1.927)	89	17		
Acidentes pessoais							
e vida em grupo	1.683	(285)	(343)	17	20		
Outros	(36)	10	(11)	28	31		
Total	186.893	(134.975)	(28.888)	72	15		

Mitsui Sumitomo Seguros

Mitsui Sumitomo Seguros S.A. CNPJ/MF nº 33.016.221/0001-07



**>>>>** 

MSIG

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Valores em milhares de reais - R\$)

13.298

(1.021)

(1.846)

(2.896)

10.402

15.350

(282)

(270

(2.062)

(2.614) 12.736

			30/06/2				30/06/2012	30/06/2011
	Prêmios	Sinistros	Custo de	Ind	ices %	Outras despesas operacionais:	(1.041)	(006)
	ganhos	ocorridos	<u>aquisição</u>	Sinistralidade	Comissionamento	Despesas com inspeção de riscos Despesas com apólices	(1.241) (1.500)	(926) (1.500)
Principais ramos:						Despesas com cobrança	(2.049)	(2.066)
Automóvel	52.618	(43.334)	(13.457)	82	26	Despesas com agenciamento e assessoria	(743)	(878)
Patrimonial	82.574	(59.032)	(7.224)	71	9	Despesas contingenciais	(1.011)	(982)
DPVAT	21.740	(18.982)	(319)	87	1	Outras despesas com operações de seguros	(4.976)	(5.677)
Responsabilidade civil	13.238	(2.020)	(1.102)	15	8	Provisão para riscos sobre créditos	(191)	(1.067)
Responsabilidade civil -						Total outras despesas	(11.711)	(13.096)
veículos	11.674	(8.249)	(2.479)	71	21	Total de outras receitas e despesas operacionais	(3.347)	(2.937)
Transportes	6.659	(3.782)	(1.246)	57	19	23.5. Resultado com operações de resseguro:		
Acidentes pessoais							30/06/2012	30/06/2011
e vida em grupo	1.195	(193)	(310)	16	26	Receita com resseguro	45.020	62.506
Outros	1.228	24	(327)	(2)	27	Recuperação de indenização Variação da provisão de IBNR	45.032 80	63.596 (18.703)
Total	190.926	(135.568)	(26.464)	71	14	Subtotal	45.112	63.596
23. Detalhamento de cont	es des demons	trações de re	sultado:			Gustotai	30/06/2012	30/06/2011
23.1. Prêmios ganhos:	as das demons	iliações de re	suitado.			Despesa com resseguro:		
23.1. I Tellilos gallilos.				30/06/2012	30/06/2011	Prêmios de resseguros cedidos	(91.615)	(54.108)
Prêmios diretos				119.873	137.497	Variação das provisões técnicas	32.948	(912)
Prêmios de cosseguros acei	itos			18.755	12.197	Resultado financeiro Despesas com tributos s/remessa ao exterior	(142) (341)	42 (1.158)
Prêmios cedidos em cosseg				(1.202)	(1.063)	Subtotal	(59.150)	(74.839)
Prêmios - riscos vigentes e				38.941	(2.283)	Total geral	(14.038)	(11.243)
Prêmios - DPVAT	nao eminuos			22.201	21.838	23.6. Despesas administrativas:	<del></del>	
Prêmios de retrocessões				22.201	21.030		30/06/2012	30/06/2011
Variação das provisões técr	nions			(11.675)	22.739	Pessoal	(12.390)	(11.185)
Total	ilicas			186.893	190.926	Localização e funcionamento Despesas com depreciação/amortização	(3.340) (2.688)	(2.841)
23.2. Sinistros ocorridos:				100.093	190.926	Publicidade e propaganda	(2.000)	(13)
23.2. Sinistros ocorridos:				30/06/2012	30/06/2011	Servicos de terceiros	(7.327)	(7.272)
6:-:					(174.459)	DPVÅT	(961)	(1.219)
Sinistros				(178.197) 40.347		Outras	(345)	(437)
Recuperação de Sinistro					11.176	Total	(27.076)	(25.749)
Salvados				7.676	9.871	23.7. Despesas com tributos:	30/06/2012	30/06/2011
Ressarcimentos	ND			993	1.353 16.491	PIS e COFINS	(2.284)	(3,396)
Variação da provisão de IBI	INK			(5.794)		Impostos municipais	(78)	(5.536)
Total				(134.975)	(135.568)	Taxa de fiscalização - SUSEP	(600)	(640)
23.3. Custos de aquisição:	:			20/05/0010	20/05/2011	Demais tributos	(83)	177
				30/06/2012	30/06/2011	Total	(3.045)	(3.932)
Custos de aquisição				(24.840)	(22.688)	23.8. Resultado financeiro:	30/06/2012	30/06/2011
Outros custos de aquisição				(1.830)	(1.277)	Receitas financeiras:	30/06/2012	30/06/2011
Recuperação de comissões				(4)	(197)	Receitas infanceiras: Receitas com títulos de renda fixa	7,663	7.930
Variação das provisões técr	nicas			(2.214)	(2.302)	Receitas com operações de seguros	1.811	2.190
Total				(28.888)	(26.464)	Receitas com fundos de investimento	3.665	5.064
23.4. Outras receitas e de	spesas operaci	onais:				Outras	159	166

24. Imposto de renda e contribuição social:						
•	30/06/	2012	30/06/	30/06/2011		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Lucro antes do imposto, líquido de participações	(9.501)	(9.501)	3.029	3.029		
Adições	6.285	6.285	8.231	8.231		
Exclusões	8.364	8.364	(11.717)	(11.717)		
Lucro (prejuízo) fiscal	(11.580)	(11.580)	(457)	(457)		
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-		
Base do IR e CSLL	(11.580)	(11.580)	(457)	(457)		
Imposto de renda e contribuição social no semestre						

25. Transações com partes relacionadas: A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de marco de 2012, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 1.116 (R\$ 910 em 2011) e para Conselheiros de R\$42 (R\$84 em 2011). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas abaixo: Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não havia saldos a receber ou a pagar a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd.

	30/06/2012	30/06/2011
Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (Controladora)		
Receitas e desnesas	1 471	(6 494)

(\*) Refere-se a receitas de recuperação de indenização e a despesas com prêmios de resseguros cedidos 26. Outras Informações: Cobertura de Seguros - A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2012, é assim demonstrada:

		Importancia
Itens	Tipo de cobertura	segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	39.104
Veículos	Incêndio, roubo e colisão - RCF	1.840
Total	, and the second	40.944

27. Sazonalidade: Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras da Seguradora estão sujeitas à receitas e custos sazonais decorrente da natureza de suas operações de seguros.

#### **Conselho Consultivo**

Tsutomu Nakamura - Conselheiro

### **Diretoria**

Rogério Hashimoto - Diretor Hiroshi Honda - Diretor Hélio Hiroshi Kinoshita - Diretor

#### **Contador**

Alexandre Luiz Grecco - Contador CRC 1SP217581/0-0

## **Atuário**

Luiz Augusto Ferreira Carneiro - Atuário - MIBA 2279

#### Aos Acionistas e Administradores da

#### Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

Outras receitas operacionais:

Assistência 24 horas

Total outras receitas

São Paulo - SP

DPVAT

Outras

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas

30/06/2012

1.425

6.891

8.364

30/06/2011

1.402

8.066

10.159

691

Total

Outras

Total

Despesas financeiras:

Total resultado financeiro

Despesas com títulos de renda fixa

Despesas financeiras com operações de seguros

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

#### Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Oninião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Contador

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.16 às demonstrações financeiras intermediárias, que informa sobre a suspensão, pela Circular SUSEP nº 446/2012, do requerimento instituído pela Circular SUSEP nº 410/2010, para a execução do "teste de adequação de passivos" para as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao exercício de 2012 segundo regras e procedimentos que especifica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 27 de agosto de 2012

Clodomir Félix Fialho Cachem Junior

Auditores Independentes CRC nº 1 RJ 072947/0-2 "S" SP CRC nº 2 SP 011609/0-8